

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023



Demonstrações Financeiras Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita de arrendamento	
4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Tributos a recuperar	
9. Imobilizado e intangível	
10. Processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
13. Classificação dos instrumentos financeiros	
14. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	18



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e



Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita de arrendamento, líquida	3	576.696	820.774
Custo do arrendamento (depreciação e amortização, líquido de crédito de impostos)	9	(86.357)	(80.043)
Lucro bruto		490.339	740.731
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas		(4.702)	(6.574)
Pesquisa e desenvolvimento		(59)	(2.526)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4	4.863	(395)
Lucro operacional		490.441	731.236
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	89.641	68.722
Despesas financeiras		(5.147)	(3.869)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		574.935	796.089
Tributos sobre o lucro			
Tributo corrente	6 (a)	(191.693)	(266.766)
Tributo diferido		(1.829)	(402)
Lucro líquido do exercício		381.413	528.921
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,002	0,003

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	381.413	528.921
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	381.413	528.921

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		574.935	796.089
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9	86.357	80.566
Reversão de provisão para perdas de créditos de ICMS	4	(2.270)	(1.810)
Provisão para perda de créditos de IRRF	4	-	905
Variação monetária, juros sobre contingências e depósitos judiciais	5	127	(23)
Reversão de provisão para perda de ativo - Acordo Eletrobras	4 e 10	(4.298)	-
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	9	-	(523)
Baixa de ativos imobilizados	9	171	1.584
Variação monetária - Acordo Eletrobras	5 e 10	(27.710)	-
(Reversão de) Provisão para perda de ativos	4	801	(318)
Outros		660	-
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		(6.076)	(8.338)
Impostos a recuperar		(94.373)	(121.546)
Depósitos judiciais		(66)	7.157
Fornecedores		(3.087)	1.502
Tributos a pagar		68.360	103.060
Outros ativos e passivos, líquidos		7.013	(4.523)
Caixa gerado pelas operações		600.544	853.782
Impostos pagos		(230.243)	(224.058)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		370.301	629.724
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	9	(152.368)	(197.834)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(152.368)	(197.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Dividendos pagos aos acionistas	11 (c)	(422.580)	(578.823)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(422.580)	(578.823)
Redução no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(204.647)	(146.933)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		910.699	1.057.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		706.052	910.699

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	706.052	910.699
Contas a receber - partes relacionadas	12	46.601	40.525
Acordo Eletrobras a receber	10	32.008	-
Tributos a recuperar	8	15.621	18.672
Outros		33	7.128
		800.315	977.024
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	849	1.292
Tributos a recuperar	8	48.032	35.992
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (d)	15.387	17.216
		64.268	54.500
Imobilizado	9	815.940	750.843
Intangível	9	105	163
		880.313	805.506
Total do ativo		1.680.628	1.782.530
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - Partes relacionadas	12	90	109
Fornecedores - Terceiros		24.183	27.251
Dividendos	11 (c)	90.707	71.290
Tributos a recolher sobre o lucro	6 (b)	125.950	178.452
Tributos a recolher	6 (c)	9.518	14.860
		250.448	291.962
Passivo não circulante			
Provisões para processos judiciais	10	1.521	1.325
		1.521	1.325
Total do passivo		251.969	293.287
Total do patrimônio líquido	11	1.428.659	1.489.243
Total do passivo e patrimônio líquido		1.680.628	1.782.530

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	689.927	111.644	410.041	199.412	-	1.411.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	528.921	528.921
Transações com acionistas:						
Pagamento de dividendos exercício anterior - Nota 11 (c)	-	-	-	(199.412)	-	(199.412)
Apropriação para Reserva legal - Nota 11 (c)	-	26.341	-	-	(26.341)	-
Antecipação de dividendos - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(71.290)	(71.290)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	251.290	(251.290)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	689.927	137.985	410.041	251.290	-	1.489.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	381.413	381.413
Transações com acionistas:						
Pagamento de dividendos exercício anterior - Nota 11 (c)	-	-	-	(251.290)	-	(251.290)
Antecipação de dividendos - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - Nota 11 (c)	-	-	-	-	(90.707)	(90.707)
Dividendo adicional proposto - Nota 11 (c)	-	-	-	190.706	(190.706)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	689.927	137.985	410.041	190.706	-	1.428.659

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Vitória, Espírito Santo, Brasil. A Sociedade é uma joint venture onde seus acionistas Vale S.A. ("Vale") (51%), Nippon Steel Corporation (33%), JFE Steel Corporation (12,03%), Kobe Steel Ltd (2,99%) e Sojitz Corporation (0,98%). A Sociedade foi constituída em 1974 e suas atividades originalmente compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 2008, as Usinas de Pelotização foram arrendadas à sua acionista Vale por uma parcela fixa anual, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e uma parcela variável resultante da performance da usina. Em 2023 a parcela fixa anual, corrigida, é de R\$145.563 (R\$ 138.029 em 2022). As operações são realizadas no Complexo de Tubarão por meio das Usinas de Pelotização 5 e 6 ("Usinas de Pelotização"). O contrato está com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2025, com renovações automáticas por períodos adicionais de 3 anos, caso não haja manifestação em contrário de nenhuma das partes até 12 meses antes do vencimento atual.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios da Vale. As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de janeiro de 2024, data em que a emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamentos por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Sociedade na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas notas 6 e 10.

3. Receita de arrendamento

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Parcela fixa	145.563	138.029
Parcela variável	489.915	766.405
Receita bruta	635.478	904.434
Impostos sobre vendas	(58.782)	(83.660)
Receita líquida	576.696	820.774

A parcela fixa de arrendamento foi reajustada pelo IGP-M conforme cláusula contratual.

A parcela variável de arrendamento é resultante da performance da Usina. A redução em relação ao ano de 2022, deve-se principalmente ao menor preço do minério e pelotas, aumento de custos e variação cambial desfavorável, compensado parcialmente pelo aumento de produção atribuído pela redistribuição de toda a produção das Usinas de Tubarão, conforme Cláusula de Justo Tratamento (“Fair Treatment”) constante do 7º Aditivo ao Contrato de Arrendamento.

Os fluxos de caixa dos direitos contratuais relacionados aos recebimentos mínimos estão apresentados pelo cronograma do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados no contrato assinado e encontram-se demonstrados por seus valores nominais.

	Valores nominais
De janeiro de 2024 a dezembro de 2024	140.937
De janeiro de 2025 a dezembro de 2025	140.937

Política contábil

A Sociedade arrenda bens do imobilizado para a Vale. O arrendamento efetuado pela Sociedade na figura de arrendadora, nos quais os riscos e benefícios da propriedade são retidos pela Sociedade, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos recebidos sobre arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Reversão de provisão para perda de ICMS	2.270	1.810
Provisão para perda de créditos de IRRF	-	(905)
Reversão de (provisão) para perda de ativos	(801)	318
Custo com baixa de ativo	(171)	(1.584)
Reversão de provisão para perda de ativo - Acordo Eletrobras (nota 10)	4.298	-
Outras despesas	(733)	(34)
Total	4.863	(395)

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	61.551	68.592
Atualização de depósitos judiciais	84	83
Variação monetária - Acordo Eletrobras (nota 10)	27.710	-
Outros	296	47
	89.641	68.722
Despesas financeiras		
Seguro garantia e comissão de fiança	(815)	(551)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.893)	(3.191)
Atualização monetária e juros de contingências	(142)	(60)
PIS e COFINS sobre Acordo Eletrobras	(1.289)	-
Outros	(8)	(67)
	(5.147)	(3.869)
Resultado financeiro líquido	84.494	64.853

6. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda – Demonstração do resultado

O total demonstrado como tributos sobre o lucro na demonstração do resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	574.935	796.089
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(195.478)	(270.670)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais (Lei Rouanet, Lei do Esporte, Pronon, Pronas, Lei do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência)	3.408	5.305
Outros ajustes	(1.452)	(1.803)
Tributos sobre o lucro	(193.522)	(267.168)
Corrente	(191.693)	(266.766)
Diferido	(1.829)	(402)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(193.522)	(267.168)

b) Tributos a recolher sobre o lucro

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Tributos sobre o lucro do exercício - corrente	191.693	266.766
Antecipações	(65.743)	(88.314)
Total	125.950	178.452

c) Tributos a recolher

Do saldo a recolher de R\$ 9.518, o principal valor refere-se a PIS/COFINS no montante de R\$ 8.677.

d) Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, como segue:

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL (alíquota de 34%)	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para perda de ICMS	35.661	37.026	12.125	12.589
Provisão para perda em outros investimentos	7.735	7.735	2.630	2.630
Provisão de perda Eletrobras	-	4.298	-	1.461
Provisão para contingências tributárias	833	685	283	233
Provisão para contingências trabalhistas	688	640	234	218
Provisão para Desvaloriz. de Estoque de Materiais	23	23	8	8
Provisão para Perda IRPJ	-	904	-	307
Provisão para Perda ativos	971	-	330	-
Atualização monetária depósito judicial	(657)	(676)	(223)	(230)
Total	45.254	50.635	15.387	17.216

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil, que é de 34%. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado.

Estimativa e julgamento contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser

afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	125	28
Aplicações financeiras	705.927	910.671
Total	706.052	910.699

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade possuía R\$ 699.864 (R\$ 887.118 em 2022) aplicados no FIDC (Fundo de investimento em direitos creditórios) e R\$ 2.190 (R\$ 15.631 em 2022) em CDB, além das aplicações mencionadas, e possuía R\$ 3.873 (R\$ 7.922 em 2022) em notas compromissadas. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) a recuperar	35.661	37.026
Provisão para perda do ICMS a recuperar (não recuperabilidade futura)	(35.661)	(37.026)
Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar	12.428	13.949
PIS/COFINS sobre ativos (i)	51.209	40.535
Outros	16	180
Total	63.653	54.664
Circulante	15.621	18.672
Não circulante	48.032	35.992
Total	63.653	54.664

(i) O PIS/COFINS sobre ativos, são decorrentes de créditos a recuperar, na aquisição de ativos imobilizados.

9. Imobilizado e intangível

	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Intangível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.876	218.552	82.330	2.011	273.015	220	635.004
Adições	-	-	-	-	197.834	-	197.834
Baixas	-	(97)	-	-	(1.487)	-	(1.584)
Reversão de provisão para perda de ativos	-	-	-	318	-	-	318
Depreciação e amortização	(21.818)	(43.144)	(15.192)	(355)	-	(57)	(80.566)
Transferências	434	134.132	4.129	49	(138.744)	-	-
Total	37.492	309.443	71.267	2.023	330.618	163	751.006
Custo	276.591	798.341	369.288	30.564	330.618	2.243	1.807.645
Depreciação e amortização acumulada	(239.099)	(488.898)	(298.021)	(28.541)	-	(2.080)	(1.056.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.492	309.443	71.267	2.023	330.618	163	751.006
Adições (i)	-	-	-	-	152.368	-	152.368
Baixas	-	(171)	-	-	-	-	(171)
Provisão para perda de ativos	-	(525)	(276)	-	-	-	(801)
Depreciação e amortização	(21.888)	(53.008)	(11.055)	(348)	-	(58)	(86.357)
Transferências	7.106	254.127	32.615	30	(293.878)	-	-
Total	22.710	509.866	92.551	1.705	189.108	105	816.045
Custo	283.697	1.052.291	399.679	30.594	189.108	2.243	1.957.612
Redução ao valor recuperável	-	(525)	(276)	-	-	-	(801)
Depreciação e amortização acumulada	(260.987)	(541.900)	(306.852)	(28.889)	-	(2.138)	(1.140.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.710	509.866	92.551	1.705	189.108	105	816.045

(i) As adições no de 2023, devem-se principalmente ao enclausuramento do pátio de emergência, no montante de R\$ 31.529, novas Wind Fences, no montante de R\$ 28.484, enclausuramento das casas de transferências, no montante de R\$ 14.156, adequação do sistema de combustão de gás natural, no montante de R\$ 14.111, implantação do novo moinho, no montante de R\$ 6.532, lavador de correias e Adequação de chutes, no montante R\$ 5.779, canhões de névoa do pátio de pelotas, no montante de R\$ 5.236 e lavadores de rodas do pátio de finos, no montante de R\$ 4.443.

A depreciação e amortização de R\$ 86.357 em 2023 (R\$ 80.566 em 2022) é apresentada no resultado do exercício líquida de créditos de impostos no montante de R\$523 em 2022.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	25 a 30 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Outros	3 a 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

A Sociedade avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização. O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há indicação de que os ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização.

10. Processos judiciais

A Sociedade é parte envolvida em ações trabalhistas e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Sociedade, amparadas pela opinião de consultores legais.

Passivos contingentes consistem em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, as quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Sociedade, baseado na opinião dos consultores legais.

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Processos tributários	833	685	508.219	473.203	698	1.192
Processos trabalhistas	688	640	-	94	151	100
Total	1.521	1.325	508.219	473.297	849	1.292

Processo tributário - O passivo contingente tributário refere-se basicamente à autuação, do período de 2003 a 2008, pela Receita Federal do Brasil da cobrança de PIS e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação e aos processos referentes aos despachos decisórios que homologaram parcialmente os créditos de PIS/COFINS no mesmo período. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 392.211 (R\$ 368.638 em 2022).

Ativo Contingente - Em 2015, a Sociedade ingressou com Execução da Sentença referente à decisão transitada em julgado que reconheceu parcialmente o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório, relativo à terceira conversão de ações da Eletrobras, no período de 1987 a 1993. Em novembro de 2019, a Sociedade requereu o pagamento do valor reconhecido pela Eletrobras como devido, o que foi deferido pelo juízo. Em agosto de 2020, a Sociedade recebeu R\$ 77.394. Em dezembro de 2023, a Sociedade assinou um acordo com a Eletrobras no montante de R\$ 32.008 para encerramento do processo judicial, com previsão de recebimento para o primeiro trimestre de 2024. O montante de R\$ 27.710 foi reconhecido como uma receita financeira no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Processos judiciais - Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é de R\$ 689.927 correspondendo a 162.944.975.769 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 24.500 mil (dólares norte-americanos) e JPY\$ 11.637.695 mil (Ienes japonês).

b) Reserva de lucros

Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as sociedades anônimas e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. Em 2023 foi destinado o montante de R\$ 26.341 para esta reserva conforme previsto na legislação brasileira, tendo sido atingido o referido limite de 20% do capital social.

Reserva de investimento - Tem como finalidade assegurar a manutenção e cumprimento ao orçamento de investimentos da Sociedade.

c) Remuneração aos acionistas da Sociedade - 50% do lucro líquido do exercício (após constituições de reservas) deve ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	381.413	528.921
Reserva legal	-	26.341
Dividendos antecipados	100.000	180.000
Dividendos mínimos obrigatórios	90.707	71.290
Dividendo adicional proposto	190.706	251.290
Remuneração total do exercício	381.413	528.921

Em 27 de abril de 2023, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) que fossem pagos em parcela única, até 31 de dezembro de 2023, os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 251.290 e os dividendos adicional proposto registrados em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 251.290, ambos relativos à destinação do lucro líquido de 2022. Do total, R\$ 180.000 foram antecipados e pagos dentro do ano de 2022, na forma de dividendos intercalares e R\$ 322.580 foram pagos em maio de 2023.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada no dia 8 de dezembro de 2023, foi aprovada a antecipação de dividendos relativos ao exercício de 2023 no montante de R\$ 100.000, pago em dezembro de 2023

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída a obrigação com dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 90.707, sendo o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 190.706 transferido para a reserva de dividendo adicional proposto conforme preconizado pelo ICPC 08.

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo circulante			
Contas a receber - partes relacionadas - Vale S.A.		46.601	40.525
		46.601	40.525
Passivos circulantes			
Fornecedores - partes relacionadas - Vale S.A.		90	109
Dividendos a pagar			
	11 (c)	90.707	71.290
Vale S.A.		46.261	36.357
Nippon Steel Corporation		29.933	23.526
JFE Steel Corporation		10.912	8.576
Kobe Steel Ltd		2.712	2.132
Sojitz Corporation		889	699
		90.797	71.399

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita de arrendamento, líquida - Vale S.A.	3	576.696	820.774

Os administradores brasileiros da Sociedade, empregados Vale, são remunerados integralmente pela acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo. Os honorários referentes às remunerações dos administradores no Brasil são abdicados integralmente. O valor referente à remuneração dos administradores japoneses, no valor de R\$ 70, foi provisionado no exercício corrente e será pago no próximo exercício.

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado		Valor justo por meio do resultado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	6.188	23.581	699.864	887.118
Contas a receber - partes relacionadas	46.601	40.525	-	-
Ativo contingente	32.008	-	-	-
Total dos ativos financeiros	84.797	64.106	699.864	887.118
Fornecedores - partes relacionadas	90	109	-	-
Fornecedores - terceiros	24.183	27.251	-	-
Total dos passivos financeiros	24.273	27.360	-	-

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - Exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

(iii) Gestão de risco de Mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Álvaro José Ribeiro Pereira
Diretor-Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC-RJ-061231/O “S” ES

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria